

ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

CNPJ N° 26.545.074/0001-05

NIRE N° 35 3 0049745 7

Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis - SC - 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. (“Paracatu Holding” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Paracatu Holding é uma sociedade anônima cujo objeto social é a participação, como *holding*, no capital de outras sociedades, quer como acionista ou sócia, ou em consórcios. A Paracatu Holding detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (SPE) que compõem o Conjunto Fotovoltaico Paracatu, localizado em Paracatu, no Estado de Minas Gerais.

Atualmente a Paracatu Holding controla diretamente 4 subsidiárias que detém 132 MW de capacidade instalada e 34 MWm de garantia física em empreendimentos operacionais de geração solar fotovoltaica:

Usina Fotovoltaica	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física estimada (MWm)
Paracatu I	33,0	8,5
Paracatu II	33,0	8,5
Paracatu III	33,0	8,5
Paracatu IV	33,0	8,5
Total	132,0	34,0

A Companhia não possui empregados e sua administração é realizada pela ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia” ou “ENGIE”), que cobra os seus honorários mediante contrato de prestação de serviços e reembolso das despesas com o pessoal.

2. Controle Acionário

A totalidade do capital social da Companhia pertence à Solairedirect Holding Brasil S.A., uma *holding* controlada indiretamente pela ENGIE Brasil Energia. Sediada em Florianópolis, a ENGIE é uma plataforma de investimentos em infraestrutura em energia, atuante nas atividades de geração centralizada, transmissão e *trading* de energia elétrica. Atua ainda indiretamente no segmento de transporte de gás, por meio de participação societária na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG.

3. Ambiente Macroeconômico

Em 2025, a economia global cresceu de forma moderada, sustentado pelo crescimento dos emergentes, principalmente da Índia e China, e pela economia dos Estados Unidos, impulsionados por investimentos em tecnologia e inteligência artificial. A inflação continuou desacelerando e permitiu algum alívio monetário, embora riscos como protecionismo e fragilidades fiscais de emergentes tenham permanecido.

No Brasil, o PIB registrou ritmo inferior ao apresentado no ano anterior, apoiado pelo desempenho da agropecuária, pela resiliência do mercado de trabalho e pela sustentação do consumo das famílias. Por outro lado, os setores mais sensíveis ao ciclo econômico foram limitados pelos juros elevados e pelo menor impulso fiscal. A inflação encerrou o ano em 4,2%, acima da meta, mas em convergência, favorecida pela valorização do real, com a taxa de câmbio caindo para R\$ 5,50.

4. Desempenho Operacional

Em 2025 a geração bruta do Conjunto Fotovoltaico Paracatu alcançou 211,4 GWh, desempenho 34,0% superior à observada em 2024, que foi de 157,8 GWh. O índice de disponibilidade, considerando-se as paradas programadas, das usinas do Conjunto Fotovoltaico Paracatu em 2025 atingiu 92,67%, 12,35 p.p. superior ao obtido em 2024, de 80,32%.

5. Desempenho Econômico-Financeiro

Indicadores de resultado	Consolidado			
	2025	2024	Variação	Variação %
Receita operacional líquida	101.224	97.655	3.569	3,7
Lucro bruto	23.861	43.129	(19.268)	(44,7)
Resultado do serviço (Ebit)	17.620	45.827	(28.207)	(61,6)
Ebitda (Lajida) ¹	47.589	69.248	(21.659)	(31,3)
Resultado financeiro	(28.498)	(34.754)	6.256	(18,0)
Prejuízo líquido do exercício	(22.364)	(11.258)	(11.106)	98,6

(1) Ebitda (Lajida): lucro líquido + resultado financeiro + tributos sobre o lucro + depreciação e amortização

Comentário sobre as principais variações

Receita operacional líquida: o aumento decorre, principalmente, do maior volume de geração bruta de energia em 2025 frente ao ano de 2024, resultando em um aumento na receita com distribuidoras, atenuado pela redução da receita com indenização de seguros reconhecida no exercício.

Resultado do serviço: a redução é proveniente, substancialmente, pelo aumento dos custos de indenização a terceiros e depreciação e amortização, acentuados pelo impacto da reversão de *impairment* realizada no exercício de 2024 e atenuado pela redução de reconhecimento de baixas de imobilizado por perdas na desativação dos bens.

Prejuízo líquido do exercício: variação motivada pelos efeitos anteriormente citados e pelo respectivo reflexo no imposto de renda e contribuição social.

6. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

7. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernest & Young Auditores Independentes S.S. Ltda., não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2025.

8. Agradecimentos

A Administração da ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho no ano de 2025.

A Administração

ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	57	611	58.403	76.449
Contas a receber de clientes	5	-	-	13.238	11.787
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	94.619	-
Dividendos a receber	8	39	39	-	-
Indenização de seguros	17	-	-	1.617	38.466
Outros ativos circulantes		35	32	11.400	12.681
		131	682	179.277	139.383
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	-	82.319
Depósitos vinculados	7	-	-	15.722	15.481
Outros ativos não circulantes		73	66	4.788	4.238
		73	66	20.510	102.038
Investimento	8	390.180	245.969	-	-
Imobilizado	9	-	-	819.895	678.285
Intangível		112	117	13.189	13.706
		390.365	246.152	853.594	794.029
TOTAL		390.496	246.834	1.032.871	933.412

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	24	46	20.604	32.701
Financiamentos	12	-	-	38.304	36.660
Ressarcimentos às distribuidoras	14	-	-	58.818	79.735
Outros passivos circulantes		-	-	7.114	13.384
		24	46	124.840	162.480
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	10	-	-	26.175	24.674
Financiamentos	12	-	-	441.215	457.761
Provisão para desmobilização	9	-	-	23.225	14.567
Outros passivos não circulantes		-	-	26.944	27.142
		-	-	517.559	524.144
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	13	456.801	290.753	456.801	290.753
Prejuízos acumulados		(66.329)	(43.965)	(66.329)	(43.965)
		390.472	246.788	390.472	246.788
TOTAL		390.496	246.834	1.032.871	933.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	-	-	101.224	97.655
Custos da energia vendida					
Depreciação e amortização	9	-	-	(29.969)	(23.421)
Serviços de terceiros		-	-	(13.071)	(13.433)
Indenizações a terceiros		-	-	(12.830)	-
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		-	-	(11.559)	(5.834)
Transações no mercado de energia de curto prazo		-	-	(273)	(131)
Energia elétrica comprada		-	-	-	(1.695)
Outros		-	-	(9.661)	(10.012)
		-	-	(77.363)	(54.526)
RESULTADO BRUTO		-	-	23.861	43.129
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas		(98)	(97)	(886)	(759)
Baixa de imobilizado		-	-	(6.366)	(43.332)
Reversão (Constituição) de <i>Impairment</i>		-	-	-	45.061
Outras despesas operacionais líquidas		-	-	1.011	1.728
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	8	(22.282)	(11.212)	-	-
Amortização da mais valia		(5)	(5)	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(22.385)	(11.314)	17.620	45.827
Resultado financeiro					
Juros sobre títulos e valores mobiliários	6	-	-	12.300	4.319
Renda de aplicações financeiras		14	47	6.362	7.930
Renda de depósitos vinculados		-	-	2.139	1.673
Juros e variação monetária sobre financiamento	12	-	-	(45.945)	(48.078)
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	9	-	-	(649)	(659)
Juros sobre fornecedores, líquido de PIS e Cofins		-	-	(2.696)	(2.235)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas		7	9	(9)	2.296
		21	56	(28.498)	(34.754)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		(22.364)	(11.258)	(10.878)	11.073
Imposto de renda e contribuição social					
Imposto corrente	15	-	-	(11.486)	(22.331)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(22.364)	(11.258)	(22.364)	(11.258)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(22.364)	(11.258)	(22.364)	(11.258)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(22.364)	(11.258)	(22.364)	(11.258)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

		Capital social	Prejuízos acumulados	Total
	Nota			
Saldos em 31.12.2023		256.788	(32.707)	224.081
Aumento de capital		33.965	-	33.965
Prejuízo do exercício		-	(11.258)	(11.258)
Saldos em 31.12.2024	13	290.753	(43.965)	246.788
Aumento de capital		166.048	-	166.048
Prejuízo do exercício		-	(22.364)	(22.364)
Saldos em 31.12.2025	13	456.801	(66.329)	390.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes dos tributos	(22.364)	(11.258)	(10.878)	11.073
Conciliação do lucro com o caixa das operações:				
Resultado de participação societária	22.282	11.212	-	-
Juros e variação monetária sobre financiamento	-	-	45.945	48.078
Depreciação e amortização	-	-	29.969	23.421
Baixa de ativo imobilizado	-	-	6.366	43.332
Juros sobre fornecedores, líquido de PIS e Cofins	-	-	2.696	2.235
Juros e variação monetária sobre provisões para desmobilização	-	-	649	659
Juros sobre títulos e valores mobiliários	-	-	(12.300)	(4.319)
Renda de depósitos vinculados	-	-	(2.139)	(1.673)
Indenização de seguros	-	-	(467)	(45.476)
Constituição (Reversão) de <i>Impairment</i>	-	-	-	(45.061)
Outros	(2)	(4)	728	166
Resultado ajustado	(84)	(50)	60.569	32.435
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber de clientes	-	-	(1.451)	(594)
Indenização de seguros	-	-	36.849	138.338
Outros ativos	(4)	388	(1.676)	(6.197)
(Redução) aumento nos passivos				
Fornecedores	(22)	31	(7.953)	6.084
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	(20.917)	33.917
Outros	1	(1)	613	282
Caixa líquido das operações	(109)	368	66.034	204.265
Pagamentos de juros sobre financiamentos	-	-	(23.821)	(24.456)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	(1)	(13.461)	(34.791)
Caixa líquido das atividades operacionais	(109)	367	28.752	145.018
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento de capital em controladas	(166.493)	(34.380)	-	-
Aquisição de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(78.000)
Aplicação no imobilizado e intangível	-	-	(177.718)	(160.873)
Caixa líquido das atividades de investimento	(166.493)	(34.380)	(177.718)	(238.873)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	166.048	33.965	166.048	33.965
Custo de transação de financiamentos	-	-	(280)	(464)
Pagamento de financiamentos	-	-	(36.746)	(34.963)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-	-	1.898	2.869
Caixa líquido das atividades de financiamento	166.048	33.965	130.920	1.407
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(554)	(48)	(18.046)	(92.448)
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa				
Saldo inicial	611	659	76.449	168.897
Saldo final	57	611	58.403	76.449
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(554)	(48)	(18.046)	(92.448)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
CNPJ Nº 26.545.074/0001-05 | NIRE Nº 35 3 0049745 7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A. (“Companhia” ou “Paracatu Holding”), com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), foi constituída em 16.11.2016, com prazo de duração indeterminado. A Companhia tem como objeto social participar como *holding* no capital de outras Companhias, quer como acionista ou sócia, bem como em consórcios.

Atualmente, a Paracatu Holding é controladora das seguintes empresas, as quais compõem o Conjunto Fotovoltaico Paracatu:

Empresa	Projeto Fotovoltaico	Capacidade Instalada (MW) ¹	Garantia física (MW médios)	Participação no capital integralizado e votante (%)	
				31.12.2025	31.12.2024
ENGIE Solar Paracatu I Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu I	33	8,5	100,00	100,00
ENGIE Solar Paracatu II Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu II	33	8,5	100,00	100,00
ENGIE Solar Paracatu III Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu III	33	8,5	100,00	100,00
ENGIE Solar Paracatu IV Geração Centralizada SPE S.A.	Paracatu IV	33	8,5	100,00	100,00

(1) As informações não financeiras contidas nessas demonstrações financeiras como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

As controladas da Companhia compõem o Consórcio Paracatu, o qual é responsável pela operação, manutenção e exploração da subestação e parte da linha de transmissão utilizada em suas operações. Os ativos, os passivos, as receitas e as despesas desses consórcios são reconhecidas diretamente nas demonstrações financeiras da consorciada, com base nas respectivas participações nos consórcios, detalhados a seguir:

Consórcio Paracatu

Paracatu I	-	25%
Paracatu II	-	25%
Paracatu III	-	25%
Paracatu IV	-	25%

A Companhia não possui colaboradores e os seus administradores renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia”), que cobra pela prestação de serviços e solicita reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades das usinas.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 16.04.2026.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam informações da controladora, Paracatu Holding, e de suas controladas, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

A consolidação das contas patrimoniais e de resultado ocorre pela soma dos saldos dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas, de acordo com as suas naturezas, ajustados pelas eliminações das transações realizadas entre as empresas consolidadas.

b) Continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de autorização de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras e; (iv) a Companhia conta com disponibilidade de suporte financeiro por parte da controladora indireta, ENGIE Brasil Energia S.A., que demonstra capacidade e compromisso em prover os recursos necessários para atender às obrigações e manter a regularidade das operações de suas controladas. Assim, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

NOTA 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. São registradas inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Títulos e valores mobiliários

São compostos por investimentos em debêntures e reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo custo amortizado.

a.4) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.5) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Companhia está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

c) Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos, durante o período de construção, foram computados como custo do respectivo imobilizado. O valor presente do custo esperado para desmobilização de um ativo após seu uso, quando aplicável, é incluído no custo do respectivo ativo. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel.

c.1) Avaliação do valor de recuperação do imobilizado – Impairment

A Companhia avalia, no encerramento do exercício, a existência de evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de *impairment*. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa provisão para perda é reconhecida no resultado do exercício.

c.2) Provisão para desmobilização

Os custos de desmobilização das usinas pertencentes às controladas da Companhia são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

d) Distribuição de dividendos

Os dividendos são reconhecidos como passivo nos seguintes momentos: (i) dividendos mínimos obrigatórios – quando do encerramento do exercício; (ii) dividendos intercalares e intermediários – quando de sua aprovação pela Diretoria Executiva; e (iii) dividendos adicionais propostos no encerramento do exercício – quando de sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária (AGO).

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, conseqüentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias, considerando as normas e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações financeiras. A Controladora apura os impostos sobre o regime do lucro real. Suas controladas adotam os regimes de tributação pelo lucro presumido.

i) Operações controladas em conjunto

Os ativos, passivos, receitas e despesas relativas à participação no Consórcio Paracatu (entidade sem personalidade jurídica) são reconhecidos diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia, não se fazendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando, ainda, pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, (i) à definição de vida útil do ativo imobilizado; (ii) ao teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração; e (iii) à provisão para desmobilização da Usina.

k) Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novos pronunciamentos e revisões às normas existentes. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27 Contempla as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.</p>	05.07.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Orientação Técnica OCPC nº 10 A OCPC 10 trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados, sejam eles decorrentes de obrigações legais ou não formalizadas, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.</p>	18.10.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.
<p>Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R3) e Interpretação Técnica ICPC nº 09 (R3) As alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), tiveram como objetivo o alinhamento das normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.</p>	02.08.2024	01.01.2025	Sem impactos relevantes.

l) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

Revisão e Normas impactadas	Data de aprovação	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
<p>Pronunciamentos Técnicos CBPS nº 01 CBPS nº 02 Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.</p>	12.09.2024	01.01.2026	Sem impactos relevantes.
<p>CPC 51 O CPC 51 substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências do CPC 26 (R1) não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos do CPC 26 (R1) foram movidos para o CPC 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação. A nova norma exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.</p>	10.10.2025	01.01.2027	A Companhia espera que a aplicação dessas alterações tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras no futuro. Atualmente, a Companhia está em fase de estudo e adequação dos processos internos visando o cumprimento da norma.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Caixa e depósitos bancários à vista	57	432	6.857	11.969
Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa	-	179	51.546	64.480
	57	611	58.403	76.449

As aplicações financeiras da Companhia e suas Controladas estão concentradas, substancialmente, nos fundos de investimento exclusivos (FIE) Energy Renda Fixa e Energy Prime Renda Fixa, cuja gestão é feita pelo Banco Santander e pelo Banco BTG Pactual, respectivamente. Os fundos têm como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro e em instrumentos de captação bancária, predominantemente de instituições financeiras com classificação de risco AAA, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do FIE Energy Renda Fixa nos anos de 2025 e 2024 foi, respectivamente, cerca de 99,7% e 99,6% do CDI (taxa referencial). Adicionalmente, o FIE Energy Prime Renda Fixa apresentou rentabilidade média de 100,8% do CDI em 2025.

NOTA 5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31.12.2025, a Companhia e suas controladas mantinham R\$ 13.238 (R\$ 11.787 em 31.12.2024) relativo a contas a receber de clientes. O prazo de faturamento da Companhia é de 30 dias, razão pelo qual o valor dos títulos a receber corresponde ao seu valor justo na data da venda de energia.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Companhia e suas controladas não apresentavam valores vencidos em seu contas a receber.

NOTA 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 03.07.2024, as controladas da Companhia adquiriram debêntures simples emitidas por sua controladora indireta ENGIE, no montante total de R\$ 82.319. As debêntures adquiridas não são conversíveis em ações, da espécie quirografária e foram emitidas nos termos da Instrução CVM nº 160/2022. A Companhia, por meio de suas controladas, não pretende negociar essas debêntures no mercado secundário. A mutação dos títulos e valores mobiliários foi a que segue:

	Total
Aquisição	78.000
Juros	4.319
Saldos em 31.12.2024	82.319
Juros	12.300
Saldos em 31.12.2025	94.619

As principais condições contratadas foram estas:

	Condições de pagamento				
	Quantidade	Remuneração	Vencimento	Principal	Juros
12ª Emissão Série 4	78.000	CDI +0,55% a.a.	06.2026	06.2026	06.2026

NOTA 7. DEPÓSITOS VINCULADOS

Em 31.12.2025, a Companhia mantinha, no consolidado, R\$ 15.722 (R\$ 15.481 em 31.12.2024) relativos a garantias vinculadas aos contratos de financiamentos. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), bem como das despesas de operação e manutenção, e são constituídas pelo montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas contratuais de operação e de manutenção, respectivamente.

NOTA 8. INVESTIMENTOS

a) Mutação dos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

	Controladora						
	Saldos em 31.12.2023	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2024	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Saldos em 31.12.2025
Paracatu I	56.971	-	(1.807)	55.164	57.812	(9.425)	103.551
Paracatu II	59.816	-	(2.106)	57.710	52.787	(9.550)	100.947
Paracatu III	60.547	370	(1.535)	59.382	55.894	(9.653)	105.623
Paracatu IV	45.467	34.010	(5.764)	73.713	-	6.346	80.059
	222.801	34.380	(11.212)	245.969	166.493	(22.282)	390.180

b) Informação das subsidiárias, relativas ao exercício findo em 31.12.2025 e 31.12.2024

	31.12.2025						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício	Participação (%)
Paracatu I	118.223	266.524	162.973	103.551	22.894	(9.425)	100
Paracatu II	116.098	262.726	161.779	100.947	21.542	(9.550)	100
Paracatu III	126.326	270.727	165.104	105.623	22.298	(9.653)	100
Paracatu IV	95.021	232.616	152.557	80.059	34.490	6.346	100

	31.12.2024						
	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro do exercício	Participação (%)
Paracatu I	60.411	218.671	163.507	55.164	25.141	(1.807)	100
Paracatu II	63.311	221.993	164.283	57.710	23.091	(2.106)	100
Paracatu III	70.433	226.419	167.037	59.382	23.901	(1.535)	100
Paracatu IV	95.021	265.503	191.790	73.713	25.522	(5.764)	100

NOTA 9. IMOBILIZADO

a) Composição

	Consolidado				
	Taxa média de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Edificações e benfeitorias	4,1%	4.779	(1.202)	3.577	3.673
Máquinas e equipamentos	3,9%	760.183	(138.081)	622.102	625.603
Veículos	14,3%	48	(13)	35	42
Direito de uso de arrendamentos	3,0%	30.762	(3.882)	26.880	25.736
Outros	6,2%	149	(13)	136	31
		795.921	(143.191)	652.730	655.085
Em curso		167.165	-	167.165	23.200
		963.086	(143.191)	819.895	678.285

b) Muta o do ativo imobilizado

	Consolidadora					
	Edifica�es e benfeitorias	M�quinas e equipamentos	Outros	Direito de uso de arrendamentos	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2023	3.710	494.258	12	21.911	1.036	520.927
Ingressos	-	-	-	-	172.006	172.006
Desmobiliza�o	-	1.699	-	-	-	1.699
Revers�o <i>Impairment</i>	-	45.061	-	-	-	45.061
Transfer�ncias	139	149.635	68	-	(149.842)	-
Baixas	-	(43.332)	-	-	-	(43.332)
Deprecia�o	(176)	(21.718)	(7)	(743)	-	(22.644)
Remensura�o	-	-	-	4.568	-	4.568
Saldos em 31.12.2024	3.673	625.603	73	25.736	23.200	678.285
Ingressos	-	-	-	-	170.066	170.066
Desmobiliza�o	-	8.010	-	-	-	8.010
Revers�o de estimativa ¹	-	-	-	-	(2.690)	(2.690)
Transfer�ncias	95	23.205	111	-	(23.411)	-
Baixas	-	(6.366)	-	-	-	(6.366)
Deprecia�o	(191)	(28.350)	(13)	(899)	-	(29.453)
Remensura�o	-	-	-	2.043	-	2.043
Saldos em 31.12.2025	3.577	622.102	171	26.880	167.165	819.895

(1) Baixa de estimativa de desembolso futuro por n o utiliza o dos valores provisionados relacionados ao sinistro.

c) Redu o ao valor recuper vel de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, no m nimo anualmente, a necessidade de provis o para redu o do saldo cont bil a seu valor de realiza o. Em 2023 as controladas da Companhia reconheceram um *impairment* de R\$ 45.061 em decorr ncia de *trackers* e m dulos fotovoltaicos sinistrados nos quatro parques do Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Em 2024, com a finaliza o da apura o dos ativos sinistrados e o reconhecimento da devida baixa, foi registrada a revers o da perda por *impairment* no mesmo valor. Maiores detalhes, vide Nota 16 – Seguros.

d) Provis o para desmobiliza o

Em 2022, as controladas da Companhia reconheceram em seu imobilizado a provis o dos custos decorrentes da desmobiliza o de seus parques fotovoltaicos, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obriga o de retirada dos ativos e de restaura o do local ao final do prazo de autoriza o. A taxa real de desconto utilizada para o c culo do valor presente foi 5,7%, baseado nas taxas de t tulos p blicos com vencimento similar ao do t rmino das autoriza es. O saldo da provis o para desmobiliza o registrada no passivo n o circulante do consolidado em 31.12.2025 era de R\$ 23.225 (R\$ 14.567 em 31.12.2024), a varia o do saldo   decorrente de (i) juros e varia o monet ria de R\$ 649 registrada no resultado de 31.12.2025 (R\$ 659 em 31.12.2024) e (ii) aumento por constitui o de provis o de desmobiliza o de R\$ 8.010 (R\$ 1.699 em 31.12.2024).

e) Autoriza es do  rg o Regulador

A Companhia   detentora da autoriza o para explora o das usinas solares fotovoltaicas Paracatu I, Paracatu II, Paracatu III e Paracatu IV, com capacidade instalada de 132 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 04.2016. E, tamb m,   detentora da autoriza o para explora o das usinas solares fotovoltaicas Floresta I, Floresta II e Floresta III, com capacidade instalada de 86 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 06.2016.

NOTA 10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Arrendamentos a pagar	-	-	30.320	28.534
Fornecedores	24	46	15.668	17.708
Fornecedores imobilizado	-	-	791	11.133
	24	46	46.779	57.375
Passivo circulante	24	46	20.604	32.701
Passivo não circulante	-	-	26.175	24.674
	24	46	46.779	57.375

NOTA 11. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia, sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações do IPCA, em decorrência dos financiamentos contratados por suas controladas.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia em vigor possuem cláusulas de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à variação inflacionária. A flutuação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Desta forma, os financiamentos contratados tendem a estarem protegidos pelos contratos de energia.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2026 foi definido por meio das premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário	Sensibilidade		
	12 meses	Provável	Provável	$\Delta + 25\%$ ¹	Administração
	31.12.2025	31.12.2026			
IPCA	4,3%	4,0%	-0,3 p.p.	1,0 p.p.	0,0 p.p.

(1) A sensibilidade de 25% é calculada sobre o cenário provável de 2026, considerando um cenário pessimista (redução para ativos e aumento para passivos).

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2025 e os previstos no cenário provável para 2026, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível na taxa de juros e índices flutuantes para 2026. As variações que poderão impactar o resultado e, conseqüentemente, o patrimônio líquido de 2026, em comparação com o ano de 2025, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldo em 31.12.2025	Consolidado		
		Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Financiamento				
IPCA	479.519	1.044	(4.114)	(199)

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (financiamentos, deduzido dos depósitos vinculados ao serviço da dívida e do caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024
Dívida	479.519	494.421
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(15.722)	(15.481)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(58.403)	(76.449)
Dívida líquida	405.394	402.491
Patrimônio líquido	390.472	246.788
Endividamento líquido / Patrimônio líquido	1,0	1,6

c) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras.

Nas operações de venda de energia, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são majoritariamente alocados nos fundos exclusivos Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE) e Energy Prime Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander e Banco BTG Pactual, respectivamente. Em 31.12.2025, a alocação do patrimônio de ambos os fundos era em ativos de baixíssimo risco, sendo sua maioria lastreados em títulos públicos federais e em instrumentos de captação bancária, em conformidade com os parâmetros de alocação e bancos elegíveis acima especificados, ambos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

d) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

No demonstrativo a seguir apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2025. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Consolidado				Fluxo de caixa contratual	Contábil
	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos		
Fornecedores	20.604	1.700	2.339	17.929	42.572	46.779
Financiamentos	35.699	66.774	60.585	141.142	304.200	479.519
	56.303	68.474	62.924	159.071	346.772	526.298

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	-	179	51.546	64.480
Custo amortizado				
Caixa e depósitos bancários à vista	57	432	6.857	11.969
Contas a receber de clientes	-	-	13.238	11.787
Títulos e valores mobiliários	-	-	94.619	82.319
Depósitos vinculados	-	-	15.722	15.481
	57	611	181.982	186.036
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	24	46	46.779	57.375
Ressarcimentos às distribuidoras	-	-	58.818	79.735
Financiamento	-	-	479.519	494.421
	24	46	585.116	631.531

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12. FINANCIAMENTOS

a) Mutação dos financiamentos

	Total
Saldo em 31.12.2023	506.226
Juros e variação monetária	48.078
Custo de transação de financiamento	(464)
Amortização do principal	(34.963)
Amortização de juros	(24.456)
Saldo em 31.12.2024	494.421
Juros e variação monetária	45.945
Custo de transação de financiamento	(280)
Amortização do principal	(36.746)
Amortização de juros	(23.821)
Saldo em 31.12.2025	479.519
Passivo circulante	38.304
Passivo não circulante	441.215
	479.519

b) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Consolidado
2027	37.285
2028	37.285
2029	37.285
2030	37.285
2031	37.285
2032 a 2036	186.429
2037 a 2038	68.361
	441.215

c) Condições contratadas

Banco	Encargos	Condições de pagamento		Saldos em 31.12.2025
		Vencimento	Principal e encargos	
BNDES	IPCA + 4,97% a.a.	10.2038	Mensais a partir de 11.2018	479.519

d) Garantias

As garantias são as seguintes: (i) penhor da totalidade das ações representativas ao capital social; (ii) cessão dos direitos creditórios decorrentes dos contratos de compra e de venda de energia elétrica; (iii) contas reserva do serviço da dívida e reserva de O&M; (iv) cessão dos direitos emergentes da autorização; (v) penhor das máquinas e equipamentos relativas ao Projeto; e (vi) fiança corporativa da controladora direta ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A., e das controladoras indiretas, ENGIE Brasil Complementares Participações Ltda. e ENGIE Brasil Energia S.A.

e) Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants
BNDES	(i) Índice de cobertura do serviço da dívida ¹ $\geq 1,30$

(1) Índice de cobertura do serviço da dívida: Geração de caixa da atividade / Serviço da dívida, conforme definido em contrato.

Os compromissos financeiros estabelecidos no contrato de financiamento estão sendo cumpridos pela Companhia.

Devido a ocorrência de sinistros, que geraram danos aos ativos do parque gerador, as subsidiárias do Conjunto Fotovoltaico Paracatu não atingiram os limites mínimos do ICSD estabelecidos em seus contratos de financiamento com o BNDES no exercício findo em 31.12.2025. Contudo, o BNDES formalizou, previamente às medições, que o descumprimento não acarretaria o vencimento antecipado dos financiamentos

NOTA 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2025 era de R\$ 456.801 (R\$ 290.753 em 31.12.2024), representado por 456.800.612 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (290.753.055 em 31.12.2024) que pertencem em sua totalidade à controladora Solairedirect Holding Brasil S.A.

b) Reservas legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

c) Reserva de retenção de lucros e dividendos adicionais propostos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício.

Em 31.12.2025 e 31.12.2024, a Administração da Companhia não destinou dividendos devido a apuração de prejuízo nos exercícios.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% do lucro líquido ajustado do exercício. Em 2025 e 2024 não houve distribuição de dividendos devido a apuração de prejuízo nos exercícios.

NOTA 14. CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	Consolidado	
	2025	2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Distribuidoras	101.694	56.717
Indenização de seguros	467	40.540
Transações no mercado de curto prazo	-	94
Outras receitas	2.774	2.377
	104.935	99.728
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(3.711)	(2.073)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	101.224	97.655

Em 2025, as receitas auferidas às distribuidoras foram reduzidas pelo reconhecimento de R\$ 20.154 (R\$ 32.679 em 2024), relativos ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR, líquidos de PIS e Cofins. Tal reconhecimento foi feito em contrapartida da rubrica "Ressarcimentos às distribuidoras", a qual, em 31.12.2025, apresentava saldos de R\$ 58.818 (R\$ 79.735 em 31.12.2024).

A Companhia apresenta em seu passivo montante relativo ao mecanismo de ressarcimento previsto nos contratos de energia elétrica firmados no ACR das usinas pertencentes ao Conjunto Fotovoltaico Paracatu. Estes contratos preveem o pagamento por parte das distribuidoras de uma receita fixa, independente da geração verificada mês a mês, e posterior ressarcimento por parte da Companhia.

Leilão	Tipo	Critérios de reconhecimento
8º Leilão de Energia de Reserva	Quantidade	<p>Cálculo: diferença entre energia contratada e energia gerada.</p> <p>Valoração: o preço é multiplicado por 106% se for até 10% abaixo do contrato. Caso a geração seja abaixo de 90%, o multiplicador é de 115%.</p> <p>Pagamento: 12 parcelas iguais diretamente na contabilização de evento na CCEE do contrato.</p>

NOTA 15. CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Consolidado			
	2025		2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita operacional bruta	104.935	104.935	56.717	56.717
% de presunção do lucro	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido sobre receita operacional	8.395	12.592	4.537	6.806
Receita financeira	8.501	8.501	12.249	12.249
Receita extraordinária (indenização de seguros)	467	467	40.540	40.540
Outros	15.380	15.380	7.822	7.822
Base de cálculo	32.743	36.940	65.148	67.417
Alíquotas	15%	9%	15%	9%
Imposto de renda e contribuição social	(4.911)	(3.325)	(9.772)	(6.068)
Adicional de 10% sobre lucro até R\$ 20 mensais	(3.250)	-	(6.491)	-
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	(8.161)	(3.325)	(16.263)	(6.068)

NOTA 16. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

a) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUSD)

Para o uso do sistema de distribuição e da rede básica, a Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. Os contratos têm vigência até o término das autorizações das usinas. Em 31.12.2025, o valor das obrigações futuras provenientes destes contratos totalizava R\$ 105.397.

b) Contrato de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia, por meio de suas controladas, mantém contratos de operação e manutenção, vigente até 2041. Os valores contratados são atualizados, anualmente, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O compromisso futuro, na data base 31.12.2025, era de R\$ 44.747.

c) Venda de energia

A Companhia comercializou sua energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), pelo prazo de 20 anos. O compromisso futuro dos contratos com distribuidoras, advindos deste leilão de energia reserva (LER), em 31.12.2025, era de R\$ 1.804.195.

NOTA 17. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption* (PDBI) – do programa de seguros de sua controladora indireta ENGIE Brasil Energia. Os Conjunto Fotovoltaico Paracatu participam da referida apólice no montante de R\$ 543.960 para danos materiais e R\$ 245.185 para lucros cessantes. A vigência do seguro vai até 31.05.2026.

Indenização de seguros

Foram reconhecidos em 2024 e em 2025 os seguintes montantes relacionados aos danos materiais e lucros cessantes:

	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional líquida	467	40.540
Custos operacionais	-	4.824
Outras despesas operacionais, líquidas	-	112
	467	45.476

NOTA 18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Prestação de serviços administrativos e financeiros

A Companhia mantém contrato com a sua controladora ENGIE, cujo objeto é a prestação de serviços administrativos e financeiros. Os valores contratados são reajustados anualmente pela variação do INPC.

b) Aquisição de títulos e valores mobiliários

A Companhia, por meio de suas controladas adquiriu debêntures, emitidos pela sua controladora indireta ENGIE. Os compromissos futuros decorrentes destes contratos estão apresentados na Nota 6 – Títulos e Valores Mobiliários.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2025, da ENGIE Solar Paracatu Geração Centralizada Holding S.A.)

DIRETORIA EXECUTIVA

Marcelo Brugnaro Schultz

Diretor Executivo

Romary dos Anjos Silva

Diretora Administrativa e Financeira

Dianne Elissa Desan Calado

Diretora Técnico-Operacional

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Valter Luís Barbieri Colombo

Contador - CRC SC 038020/O-8



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.
Florianópolis-SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **ENGIE SOLAR PARACATU GERAÇÃO CENTRALIZADA HOLDING S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Shape the future
with confidence

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



**Shape the future
with confidence**

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Blumenau (SC), 16 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SC-000048/F


Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O